

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS) .....	9
■ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS.....	11
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS.....	14
■ PONTUAÇÃO.....	14
■ CLASSES DE PALAVRAS, EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM .....	17
SUBSTANTIVO .....	17
ADJETIVO.....	19
NUMERAL.....	22
PRONOME .....	22
Colocação Pronominal.....	25
VERBO .....	26
ADVÉRBIO .....	32
PREPOSIÇÃO .....	35
CONJUNÇÃO.....	37
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL .....	39
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	44
■ CRASE .....	46
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO.....	57
■ OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS .....	57
■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	57
■ RAZÃO E PROPORÇÃO .....	59
■ PORCENTAGEM.....	62
■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.....	64
■ MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES .....	67

■ JURO SIMPLES.....	67
■ EQUAÇÃO DO 1º E 2º GRAUS.....	68
■ SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU.....	69
■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS: TABELAS E GRÁFICOS.....	70
■ SISTEMAS DE MEDIDAS USUAIS.....	72
■ NOÇÕES DE GEOMETRIA:.....	72
FORMA, PERÍMETRO, ÁREA, VOLUME.....	72
Bissetriz de um Ângulo.....	82
Teorema de Pitágoras.....	82
■ RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	82
■ RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.....	88
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	93
■ CONHECIMENTO DA CULTURA DA INFÂNCIA.....	93
■ PRESENÇA ATIVA NAS DIVERSAS INTERAÇÕES QUE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS VIVENCIAM NO COTIDIANO DA UNIDADE EDUCACIONAL COM O CONHECIMENTO.....	102
■ COMPREENSÃO DAS AÇÕES INDISSOCIÁVEIS DE CUIDADO E EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	104
■ ORIENTAÇÃO E ATUAÇÃO AOS CUIDADOS COM BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE HIGIENE, TROCAS, BANHO, SONO, ALIMENTAÇÃO, ENTRE OUTROS.....	106
■ CONHECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA DE CAMPINAS EM AGRUPAMENTOS MULTIETÁRIOS.....	108
■ ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO QUANTO AOS ESPAÇOS FÍSICOS, USO DOS MATERIAIS E DISPONIBILIDADE DESTES PARA AS CRIANÇAS, DESDE BEBÊS, EM SEUS PROCESSOS DE CRIAÇÃO, CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	110
■ ATUAÇÃO LÚDICA, NA PERSPECTIVA DE ESCUTA E OLHAR ATENTO ÀS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DAS CRIANÇAS, DESDE BEBÊS.....	112
■ NOÇÕES BÁSICAS DE ASSEPSIA E OBSERVÂNCIA AOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS.....	123
■ CONHECIMENTO DOS PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS.....	124
■ ACOMPANHAMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE CRIANÇAS.....	125
■ ATENDIMENTO ÀS ORDENS DE SERVIÇOS.....	127

■ INICIATIVA, ATITUDES COLABORATIVAS, PARTICIPATIVAS E PROPOSITIVAS VISANDO À CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA UNIDADE EDUCACIONAL .....	128
■ ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS PEQUENAS.....	140
■ COLABORAÇÃO ATIVA COM OS REGISTROS QUE COMPÕEM A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA TURMA.....	141
■ ATUAÇÃO PROPOSITIVA JUNTO COM OS PROFESSORES E DEMAIS AGENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAS AÇÕES EDUCACIONAIS COM AS CRIANÇAS, DESDE BEBÊS .....	151
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 1990 .....	153
ARTIGOS 1º AO 6º, 15 AO 18-B, 53 AO 59 E 131 AO 137.....	153
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LEI FEDERAL Nº 9.394, 1996.....	157
ARTIGOS 29 A 31 .....	158

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## CONHECIMENTO DA CULTURA DA INFÂNCIA

Sendo a escola uma instituição organizada e integrada na comunidade, ela deve desempenhar uma função pró-ativa de súbita importância na formação, transformação e desenvolvimento do capital social.

Pensar a escola de hoje é refletir a sociedade nas vertentes social, econômico e pessoal.

A relação escola, família e comunidade carece de melhoria, pois constata-se quase que um divórcio entre elas. As escolas, muitas vezes, não fomentam nem facilitam o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promovem a procura de soluções inovadoras, nem proporcionam uma participação efetiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

Escola é a principal instituição para a transmissão e aquisição de conhecimentos, valores e habilidades, por isso deve ser tida como o bem mais importante de qualquer sociedade. É também instituição social que tem o encargo de educar, segundo planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, casa ou estabelecimento onde se ministra o ensino. Por fim, é uma instituição educativa fundamental onde são organizadas, sistematicamente, atividades práticas de carácter pedagógico.

Para Gary Marx, (in Azevedo, 1994, p.147) a escola é verdadeiramente uma instituição de último recurso, após a família, comunidade e a igreja terem fracassado.

Comunidade é um conjunto de pessoas que vive num determinado lugar e ligado por um ideal e objetivos comuns.

De acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim “*participatio*” (*pars* + *in* + *actio*) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir.

Executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela”

A participação é “um modo de vida” que permite resolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e o coletivo, a pessoa e o grupo, na organização.

A participação deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um equilíbrio dinâmico entre: a autoridade delegada do poder central ou local na escola; as competências profissionais dos professores (enquanto especialistas do ensino) e de outros trabalhadores não docentes; os direitos dos alunos enquanto “autores” do seu próprio crescimento; e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.<sup>1</sup>

Considerando que toda criança faz parte de uma família e que toda família, além de possuir características próprias, está inserida em uma comunidade, hoje, ambas, família e comunidade, estão incumbidas, juntamente com a escola, da formação de um mesmo cidadão, portanto são peças fundamentais no processo educativo e, porque não, na elaboração do projeto pedagógico da escola e na gestão da mesma.

*Quando a escola recebe os educandos, de onde eles vêm? Quem os encaminha? Eles vêm de uma sociedade, de uma família, e os pais e responsáveis realizam seu encaminhamento.*

*Não são os educandos seres viventes em um núcleo familiar e social, onde recebem orientação moral, vivenciam experiências e reforçam seus conhecimentos? Tudo isso é educação. Para estabelecer uma educação moral, crítica e comprometida com o meio social, é primordial a integração entre escola, família e sociedade. Pois, o ser humano é um ser social por excelência. Podemos pensar na responsabilidade da escola na vida de uma pessoa. E ainda, partindo desse princípio, é um equívoco desvincular a família no processo da educação escolar. A escola vem reforçar os valores recebidos em casa, além de transmitir conhecimentos. Age também na formação humana, salientando a autonomia, o equilíbrio e a liberdade - que está condicionada a limites e respeito mútuo. Por que não, a escola trabalhar com a família e a sociedade em prol de um bem comum?*

*A parceria entre família, sociedade e escola só tem a contribuir para o desenvolvimento do educando. Assim, a escola passa a ser um espaço que se relaciona com a vida e não uma ilha, que se isola da sociedade. Com a participação da família no meio escolar, cria-se espaços de escuta, voz e acesso às informações que dizem respeito a seus filhos, responsáveis tanto pela materialidade da escola, bem como pelo ambiente no qual seus filhos estão inseridos. É preciso que os pais se impliquem nos processos educativos de seus filhos no sentido de motivá-los afetivamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem sucedida não depende apenas de uma boa escola, de bons professores e bons programas, mas principalmente de como o educando é tratado na sociedade e em casa e dos estímulos que recebe para aprender. É preciso entender que o aprender é um processo contínuo que não cessa quando ele está em casa. Qualquer gesto, palavra ou ação positiva de qualquer membro da sociedade ou da família pode motivá-la, porém, qualquer palavra ou ação que tenha uma conotação negativa pode gerar um bloqueio no aprendizado. É claro que, como qualquer ser humano, ele precisa de limites, e que não pode fazer tudo que quiser, porém os limites devem ser dados de maneira clara, sem o uso de palavras rudes, que agridam ou desqualifiquem-no.*

*Uma pessoa agredida, com palavras ou ações, além de aprender a agredir, perde uma boa parte da motivação para aprender, pois seus sentimentos em relação a si mesma e aos outros ficam confusos, tornando-a insegura com relação às suas capacidades, e consequentemente gerando uma baixa autoestima. Outro aspecto que merece ser lembrado é o que se refere à comparação com outros irmãos que foram bem sucedidos; os pais ou responsáveis devem evitar a comparação, pois cada um é único e tem seu próprio ritmo de aprendizado*

<sup>1</sup> <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv>

*e sua maneira singular de ver o mundo e a sociedade em que esta inserido.*

*É preciso ainda ressaltar que o conhecimento e o aprendizado não são adquiridos somente nos bancos escolares, mas é construído pelo contato com o social, dentro da família, e no mundo ao seu redor. Fazer do aprendizado um prazer é tarefa não só dos professores, mas também, de pais, da sociedade e de qualquer profissional interessado no bem-estar de quem aprende.<sup>2</sup>*

Para pensar em educação de qualidade hoje, é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. Ou seja, é preciso uma interação entre escola e família. Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança.

Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser a meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é uma constatação que norteia os arredores dos setores educacionais, pois é na escola que essa crise pode aflorar mais, ficando em maior evidência.

Nesse sentido, a LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de dezembro de 1996) formaliza e institui a gestão democrática nas escolas e vai além. Nela, há a concepção de educação, concepção ampla, estendendo a educação para além da educação escolar, ou seja, comprometimento com a formação do caráter do educando.

Nunca na escola se discutiu tanto quanto hoje assuntos como falta de limites, desrespeito na sala de aula e desmotivação dos alunos. Nunca se observou tantos professores cansados e muitas vezes, doentes física e mentalmente. Nunca os sentimentos de impotência e frustração estiveram tão marcantemente presentes na vida escolar.

Por essa razão, dentro das escolas as discussões que procuram compreender esse quadro tão complexo e, muitas vezes, caótico, no qual a educação se encontra mergulhada, são cada vez mais frequentes. Professores debatem formas de tentar superar todas essas dificuldades e conflitos, pois percebem que se nada for feito em breve não se conseguirá mais ensinar e educar.

Entretanto, observa-se que, até o momento, essas discussões vêm sendo realizadas apenas dentro do âmbito da escola, basicamente envolvendo direções, coordenações e grupos de professores. Em outras palavras, a escola vem, gradativamente, assumindo a maior parte da responsabilidade pelas situações de conflito que nela são observadas.

Assim, procuram-se novas metodologias de trabalho, muitos projetos são lançados e inúmeros recursos também lançados pelo governo no sentido de não deixar que o aluno deixe de estudar. Porém, observa-se que se não houver um comprometimento maior dos responsáveis e das instituições escolares isso pouco adiantará.<sup>3</sup>

É importante compreender as concepções e desafios da qualidade da educação e da escola pública, entendendo que o diálogo entre sociedade civil e estado é tanto preceito constitucional quanto princípio pedagógico. A escola pública pode contribuir na radicalização da democracia como as associações e movimentos sociais tem contribuído para a formação de lideranças populares. Eles são essenciais para o funcionamento da democracia.

Esse é um debate muito atual, pois estamos no processo de construção de um Sistema Nacional de Educação que contemple o “regime de colaboração” e a “gestão democrática da escola pública”, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

A teoria e a prática democrática do Estado não são ainda majoritárias na nossa sociedade, apesar de reconhecidos avanços. Nesse contexto, a função principal das organizações e movimentos sociais é estruturar-se para criar as condições do surgimento de uma nova sociedade civil, que exerça o controle efetivo do estado e do mercado. Portanto, capaz de construir uma nova cidadania para a defesa de direitos e a criação de novos direitos.

Trata-se de fortalecer as formas de controle do Estado, estimulando organizações civis, organizando a participação direta da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações populares a opinarem e fiscalizarem os atos do governo.

É assim que se pode falar numa reforma do Estado, passando de uma concepção de Estado como “violência organizada, autorizada, institucionalizada” para a concepção de “estado educador-educando”, dialogando com a sociedade. O Estado não pode ser apenas educador, pois ele também, como os partidos, precisa ser educado pela sociedade que o mantém. Nesse sentido, é um Estado não submetido aos interesses corporativistas e setoriais, visto não apenas através dos olhos dos servidores públicos, mas submetido à cidadania. Alternativas existem ao pensamento único neoliberal. A saída está numa teoria radicalmente democrática do Estado. As recentes experiências, em nível do poder local democrático e popular, no Brasil, vêm dando consistência prática a essa teoria.

E estamos avançando. Veja-se a lei de acesso livre à informação (Lei nº 12.527, de 2011): “é dever do estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (art. 5º). Ela se refere tanto a órgãos públicos quanto às entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos para realizar ações de interesse público. Para fazer a reforma política que o Brasil precisa, o governo não precisa tanto do apoio do Congresso quanto dos milhões de brasileiros e brasileiras para que priorize o protagonismo das organizações e movimentos sociais, imprescindíveis na radicalização da democracia. A participação cidadã é o motor da política porque, numa democracia, o poder emana do povo e é ele que o legitima. O Estado não pode preceder a sociedade.

## I ESCOLA, ESTADO, SOCIEDADE E CULTURA

<sup>2</sup> Texto adaptado de Claudia Puget Ferreira / Fabiola Carmanhanes Anequim / Valéria Cristina P. Alves Bino.

<sup>3</sup> Fonte: [www.letrasunifacsead.blogspot.com.br/www.ia.ufrrj.br/Coordenação de Ação Cultural MOVA-SP \(Prefeitura Municipal de São Paulo\) Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos](http://www.letrasunifacsead.blogspot.com.br/www.ia.ufrrj.br/Coordenação de Ação Cultural MOVA-SP (Prefeitura Municipal de São Paulo) Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)

Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível termos uma qualidade dentro da escola e outra qualidade fora dela. Por isso, o tema da qualidade é tão complexo. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim.

Um conjunto de fatores contribuem para com a qualidade na educação. Para a Unesco, *“a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. A educação de qualidade deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo”*.

Este tema foi tratado pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2009-2010 que ofereceu uma boa definição/concepção — coletiva, refletida e reconhecida pela prática — do que se entende por qualidade na educação. O Documento de Referência da CONAE refere-se à qualidade da educação no Eixo II, associando este tema ao da gestão democrática e ao da avaliação. Não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola. A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais. Só aprende quem participa ativamente no que está aprendendo. O documento do MEC aponta um conjunto de variáveis que interferem na qualidade da educação e que envolvem questões macroestruturais, como a concentração de renda, a desigualdade social, a garantia do direito à educação, bem como a organização e a gestão do trabalho educativo. Qualidade é um conceito histórico, *“que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo”* (MEC, 2009).

Por outro lado, o tema da qualidade não pode escamotear o tema da democratização do ensino. Dentro dessa nova abordagem, apontada pela UNDIME e pela CONAE, a democratização é um componente essencial da qualidade na educação: *“qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”* (GENTILI, 1995).

Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural e socioambiental. Essa “nova qualidade” inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Não basta matricular os pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com eles, também, a sua cultura, seus desejos, seus sonhos, a vontade de “ser mais” (Freire). É preciso matricular o projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica.

A qualidade na educação é um conceito político em disputa: exige investimentos financeiros de longo prazo, participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas presentes em nossas realidades; qualidade na educação que forme sujeitos de direitos, inclusão cultural e social, qualidade de vida, que contribua para o respeito à diversidade, o avanço da sustentabilidade e

da democracia e a consolidação do Estado de Direito. Embora a escola não crie a desigualdade (ela começa muito antes da escola), é a educação quem decide quem vai e quem não ser incluído na sociedade.

Antes de colocar a questão dos parâmetros da qualidade — isto é, de como medir a qualidade — essa abordagem política do tema coloca em questão a própria noção de qualidade, relacionando-a ao tipo de escola que queremos, enfim, ao tipo de sociedade que queremos. E aponta a necessidade de se trabalhar primeiro o que condiciona a qualidade, não tratar a qualidade como uma questão separada dos seus condicionantes. A qualidade na educação é o resultado das condições que oferecemos a ela. Para obtermos outra qualidade precisamos mexer primeiramente nessas condições.

Paulo Freire fala de duas perspectivas/concepções da qualidade da educação: a bancária e a emancipatória.

- A **perspectiva bancária** (neoliberal) da qualidade visa uniformizar procedimentos e projetos. Nessa concepção da qualidade, os professores são excluídos de toda discussão do tema da qualidade. Eles não têm voz. O que se busca é a standardização (fordismo) da qualidade, da avaliação, da aprendizagem. Os docentes não têm conhecimento científico. Seu saber é inútil. Por isso, não precisam ser consultados. Eles só precisam receber receitas, “como fazer”, sem se perguntar porque fazer. Eles só servem para aplicar novas tecnologias: a sala de aula perderá sua centralidade e a relação professor-aluno entrará em declínio em favor da relação aluno-computador.

A centralidade na aprendizagem pode estar correta, mas é, pelo menos, problemática, na medida em que existe uma visão neoliberal da educação e da aprendizagem que realça essa centralidade para reduzir o papel do docente. Responsabilizar apenas o aprendiz pela sua aprendizagem desvaloriza o papel do docente. A solidariedade é substituída pela meritocracia. Por isso, na pedagogia neoliberal, o indivíduo acaba sendo responsável pela sua própria aprendizagem, numa base competitiva e individual. O cidadão dá lugar ao cliente, ao consumidor. Na perspectiva neoliberal da qualidade, aprender é aceder, ter acesso a computadores, a informações.

Para nós, ao contrário, aprender é contextualizar a informação, atribuir-lhe sentido, construir conhecimento.

Na educação bancária, o docente torna-se um mero aplicador de textos. Por isso, os textos didáticos devem ser “explícitos”, pensados, criticados e revistos de acordo com parâmetros bancários. Um bom exemplo dessa técnica está nas “apostilas” da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Trata-se de “aulas prontas”, preparadas pelo governo do Estado, limitando a capacidade de autoria do professor. Qualquer pessoa pode “passar” de uma página para outra. Não precisa de tanto tempo para se formar. Na verdade, nem precisa ser professor. Precisa ser apenas um técnico. Neste caso até um computador bem programado poderia fazer o que o “professor” deve fazer. Não se precisa de professor. Precisa-se de bons textos didáticos e de computadores. Professores “facilitadores” não autores. Essa concepção da qualidade nega a autonomia do docente e a formação para a cidadania.